

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY (in management theory). In: *Glossary of Statistical Terms* (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=4757>>. Acesso em 14 jul. 2017.

ACTIVITY. In: *Glossary of Statistical Terms* (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=30>>. Acesso em 14 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR ISO 26000. **Diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. NBR ISO 31000. **Gestão de riscos – Princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009a.

_____. ISO GUIA 73:2009. **Gestão de Riscos – Vocabulário**. Rio de Janeiro, 2009b.

_____. NBR ISO 9000. **Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. NBR ISO 14001. **Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Resolução nº 03/CGRCI, de 8 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Fazenda. Brasília, 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016**. Brasília, 11 jun. 2016. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=11/05/2016>>. Acesso em 23 jun. 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Integridade para pequenos negócios**. Brasília, 2015a. Disponível em:

<<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/integridade-para-pequenos-negocios.pdf>>. Acesso em 07 mai. 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Programa de Integridade: Diretrizes para Empresas Privadas**. Brasília, 2015b. Disponível em:

<<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>>. Acesso em 07 mai. 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Guia de Integridade Pública**. Brasília, 2015c. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/guia-de-integridade-publica.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015**. Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, 2015d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Guia de **Implantação e Programa de Integridade nas Empresas Estatais**. Orientações para a Gestão da Integridade nas Empresas Estatais Federais. Brasília, 2015e. Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/guia_estatais_final.pdf>.

Acesso em 06 jul. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Resolução - TCU N° 287 de 12 de abril de 2017**.

Dispõe sobre a política de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União e altera as Resoluções TCU 266, de 30 de dezembro de 2014, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; a 261, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional (PSI/TCU) e o Sistema de Gestão de Segurança Institucional do Tribunal de Contas da União (SGSIN/TCU) e a 247, de 7 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União. Brasília, 2017a. Disponível em:

<<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A25B4A7A25015BA2262B3123A8&inline=1>>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo.

Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Portaria-SEGECEX n° 9, de 18 de maio de 2017. Brasília, 2017b. Disponível em:

<<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15C416B68015C5F8E399F6143>>. Acesso em 27 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. Plenário. **Acórdão n° 1941/2015**. Brasília, 2015.

Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31343331373631&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>> . Acesso em 10 jul. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Tribunal de Contas da União. Versão 2. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014a. Disponível em:

<<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D>>. Acesso em 23 jun. 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Portaria TCU N° 210, de 14 de agosto de 2014**.

Dispõe sobre a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI/TCU) e sobre o Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (SGSI/TCU). Brasília, 2014b. Disponível em:

<www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20141023/PRT2014-210.doc>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Curso Avaliação de Controles Internos**. Conteudistas: Antonio Alves de Carvalho Neto, Bruno Medeiros Papariello. Aula 2. Modelos de referência para controle interno. 2. ed. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012.

_____. Tribunal de Contas da União. **Plano estratégico TCU 2011-2015**. Brasília, 2011a.

_____. Tribunal de Contas da União. **Padrões de Levantamento**. Portaria-Segecex 15/2011. – Brasília: TCU, Segecex, Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan) e Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte (Adsup), 2011b.

_____. Tribunal de Contas da União. Plenário. **TC 002.665/2011-5**. 2011c. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiDi7jxv_UAhXTPpAKHRYuCcgQFggwMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.tcu.gov.br%2FConsultas%2FJuris%2FDocs%2Fjudoc%2FAcord%2F20140729%2FAC_1692_21_14_P.doc&usg=AFQjCNGfqDO2HEgedyL1wrbrRxkGqdDAow>. Acesso em 10 jul. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União**. Portaria TCU N° 280, de 8 de dezembro de 2010. Brasília, 2010a. Disponível em: <www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20110706/PRT2010-280.doc>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa n° 63, de 1° de setembro de 2010**. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União. Brasília, 2010b.

_____. Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Controle Externo. **Padrões de Auditoria e Conformidade**. Portaria-SEGECEX N° 26, de 19 de outubro de 2009. Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9E45D50F9>>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. Diretoria de Métodos de Procedimentos de Controle. **Crítérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública**: Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. Brasília, 2009b. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15A4C80AD015A4D5CA9965C37>>. Acesso em 30 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Glossário**. Brasília, 201-. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15AC9FAFE015ADD2B13690945>>. Acesso em 23 jun. 2017.

COMITEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. **Internal Control: Integrated Framework**. United States of America, 2013.

_____. **Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada**. AUDIBRA, PricewaterhouseCoopers, 2007. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2017.

_____. **Internal Control: Integrated Framework**. United States of America, 1992.

DELOACH, J.; THOMSON, J. **Improving Organizational Performance and Governance: How the COSO Frameworks Can Help**. COSO, 2014. Disponível em:

<<https://www.coso.org/Documents/2014-2-10-COSO-Thought-Paper.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2017.

DUE DILIGENCE. In: *Financial Times Lexicon*. Disponível em: <<http://lexicon.ft.com/Term?term=due-diligence>>. Acesso em 14 jul. 2017.

GOVERNANCE. In: *Glossary of Statistical Terms* (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=7236>>. Acesso em 14 jul. 2017.

INTEGRITY. In: *Glossary of Statistical Terms* (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=5133>>. Acesso em 14 jul. 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS - INTOSAI. ISSAI 100. **Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público**. Aprovada em 2013. Tradução: Tribunal de Contas da União. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 2016a. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A2561DF3F501562345D11B534C>>. Acesso em 28 jun. 2017.

_____. ISSAI 20. **Princípios de transparência e accountability**. Aprovada em 2010. Tradução: Tribunal de Contas da União. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 2016b. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A2561DF3F501562329409F78D5>>. Acesso em 28 jun. 2017.

_____. INTOSAI GOV 9130. **Diretrizes para Normas de Controle Interno do Setor Público – Informações Adicionais sobre Gestão de Risco nas Entidades**. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 2007. Tradução: Antonio Alves de Carvalho Neto. Brasília, 2013.

_____. ISSAI 30. **Código de Ética**. Aprovada em 2016. Tradução: Tribunal de Contas da União. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 201-a. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A25C8411C7015C89BCACB241AC>>. Acesso em 28 jun. 2017.

_____. ISSAI 400. **Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade**. Aprovada em 2013. Tradução: Tribunal de Contas da União. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 201-b. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A25C8411C7015C89C1A28A4A77>>. Acesso em 28 jun. 2017.

_____. INTOSAI GOV 9100. **Diretrizes para as normas de controle interno do setor público**. Aprovada em 2004. Tradução: Cristina Maria Cunha Guerreiro, Delanise Costa e Soraia de Oliveira Ruther. Tribunal de Contas do Estado da Bahia: Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cge.mg.gov.br/images/documentos/diretrizes.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2017.

_____. INTOSAI GOV 9100. **Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector**. Approved in 2004. Viena: INTOSAI - Secretaria Geral, 2004. Disponível em:

<http://www.issai.org/en_us/site-issai/issai-framework/intosai-gov.htm>. Acesso em 29 jun. 2017.¹

INSTITUTO DE AUDITORES INTERNOS - IIA. **Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF)**. 201-. Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/IPPF.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. **ISO 19600. Compliance management systems — Guidelines**. 2014. Disponível em: <<https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:19600:ed-1:v1:en>>. Acesso em 28 jun. 2017.

KPMG. **Pesquisa maturidade de compliance no Brasil**. 2ª ed. 2016. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2017/01/br-kpmg-pesquisa-maturidade-2a-edicao.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2017.

KPMG LLP. **COSO Internal Control – Integrated Framework (2013)**. *Whitepaper*. 2013. Disponível em: <<https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/2750-New-COSO-2013-Framework-WHITEPAPER-V4.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2017.

OFFICE OF FINANCIAL MANAGEMENT – OFM. **State Administrative & Accounting Manual (SAAM)**. Washington, 201-. Disponível em: <<http://www.ofm.wa.gov/policy/SAAM.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **OECD Recommendation on Public Integrity**. 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/ethics/recommendation-public-integrity.htm>>. Acesso em 26 jun. 2017.

_____. **Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management**. 2002a. Disponível: <<https://www.oecd.org/dac/evaluation/2754804.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2017.

_____. **Regulatory Policies in OECD Countries: From Interventionism to Regulatory Governance**. OECD Reviews of Regulatory Reform. Vienna: OECD Publications Service, 2002b. Disponível em: <<http://regulatoryreform.com/wp-content/uploads/2015/02/OECD-Regulatory-Policies-in-OECD-Countries-2002.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2017.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®)**. Cap. 11 – Gerenciamento dos Riscos do Projeto. Newton Square: Project Management Institute, 2013, 5ª ed. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_13577gebenciamneto_dos_yiscos_pdf_Gerenciamneto_dos_Riscos.pdf>. Acesso em 23 jun. 2017.

_____. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®)**. Glossário. Newton Square: Project Management Institute, 2004, 3ª ed. Disponível em: <<http://www.pmtech.com.br/downloads/GlossarioPMI.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2016.

RISK ANALYSIS/ASSESSMENT. In: **Glossary of Statistical Terms** (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=4805>>. Acesso em 14 jul. 2017.

¹ Foi incluído o documento original em virtude da omissão de termos no glossário da versão traduzida.

RISK MANAGEMENT. In: *Glossary of Statistical Terms* (OECD). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=2361>>. Acesso em 14 jul. 2017.

SANTOS ET AL. **Compliance e liderança**: a suscetibilidade dos líderes ao risco de corrupção nas organizações. Einstein, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v10n1/pt_v10n1a03.pdf>. Acesso em 10 mai. 2017.

SANTOS, R. A. **Compliance como ferramenta de mitigação e prevenção da fraude organizacional**. Dissertação – Mestrado em Administração, Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 103 fl.

THIRD-PARTY. In: *BusinessDictionary* (WebFinance Inc.). Disponível em: <<http://www.businessdictionary.com/definition/third-party.html>>. Acesso em 14 jul. 2017.

TOP MANAGEMENT. In: *Financial Times Lexicon*. Disponível em: <<http://lexicon.ft.com/Term?term=top-management/>>. Acesso em 14 jul. 2017.

UNITED NATIONS – UN. Economic and Social Council – ECOSOC. E/C.16/2006/4. *Compendium of basic terminology in governance and public administration*. New York: United Nations, 2006.

_____. United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC. **The United Nations Convention against Corruption**: A Resource Guide on State Measures for Strengthening Corporate Integrity. Vienna: Publishing and Library Section, United Nations Office at Vienna, 2013. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Resource_Guide_on_State_Measures_for_Strengthening_Corporate_Integrity.pdf>. Acesso em 27 abr. 2017.

UNITED KINGDOM – UK. *The Orange Book: Management of Risk - Principles and Concepts*. 2004. London: HM Treasury, 2004. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/orange-book>>. Acesso em 30 jun. 2017.

UNITED STATES – US. **2015 Guidelines Manual**. US Sentencing Commission, 2015. Disponível em: <<http://www.ussc.gov/guidelines-manual/2015/2015-ussc-guidelines-manual>>. Acesso em 10 mai. 2017.